

## BERLIM: A PERSISTÊNCIA DO ESQUECIMENTO

Régine Robin<sup>1</sup>

Pode parecer paradoxal falarmos de uma política do esquecimento no que concerne a Alemanha, uma vez que este país hoje é considerado “o bom menino” da Europa. A nação que, no centro do continente, pôde recuperar seu orgulho e finalmente abandonar a postura de culpado, ou até mesmo de eventual vítima, por seus antigos infortúnios esquecidos: fuga diante do exército soviético no final da guerra; bombardeio das principais cidades alemãs, especialmente Dresden; infortúnios da desnazificação, despedaçamento do país, perdas de território no leste, etc.

Tudo isto pode ser considerado verdadeiro, mas a memória coletiva da Alemanha (falo aqui da Alemanha Ocidental antes dos eventos de 1989) é especialmente seletiva. O memorial nunca é aquilo que gostaríamos que ele fosse. Não há, da parte das sociedades, nenhum domínio do passado<sup>2</sup>, ao contrário do que se repetiu, como provocação, sobre a Alemanha. A política de Adenauer, logo após a guerra, consistiu, de um lado, em frear as políticas de desnazificação dos Aliados, de maneira a possibilitar a reconciliação nacional, reintegrar ao máximo os antigos nazistas e simpatizantes à vida pública; de outro, em estabelecer limites a não se ultrapassar, em uma demarcação entre a nova Alemanha com instituições democráticas e o antigo Reich. Essa política deu resultados bem além daqueles almejados. Viveu-se uma renovação do fascismo político na Alemanha, sob denominações diversas. Quando, ao final dos anos 50, as estratégias de reintegração dos nazis na sociedade civil pela democratização não deram os resultados esperados, a República Federal se decidiu por instituir justiça, sendo os nazistas os mais afetados. (Não falamos aqui dos dirigentes do mais alto nível, que haviam sido julgados em Nuremberg, mas de um escalão intermediário da sociedade alemã.) Esse reconhecimento do passado da Alemanha rapidamente encontrou limites, se transformando, de fato, em modalidade de esquecimento. Foi preciso esperar o grande movimento dos estudantes para que se desencadeasse a acusação, chocante para a

---

<sup>1</sup> Régine Robin é Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade do Québec em Montréal. É historiadora, socióloga e romancista. Fervorosa adepta da interdisciplinaridade, assinou mais de 20 obras científicas. Como teórica contribuiu para a fundação da Escola Francesa de análise do Discurso e foi co-fundadora do Centro Universitário de Análise do discurso e sociocrítica dos textos. Com Marc Angenot dirige a Rede de análise de ideologias e culturas contemporâneas. É professora convidada de Universidades francesas, alemãs, norte-americanas e latino-americanas.

<sup>2</sup> Ao contrário da famosa palavra tão utilizada na Alemanha, que traduzimos como “domínio do passado”: *Vergangenheitsbewältigung*.

geração anterior, e o reconhecimento do genocídio dos judeus. A sociedade alemã, então, ao menos em suas modalidades oficiais, se torna filo-semita e muito “politicamente correta”. A tal ponto que, em sua política de memória, a Alemanha se lança, nos anos 80 e 90, na direção de uma política de grandes trabalhos sobre a memória: o Museu Judaico, o Memorial às Vítimas do Holocausto, a Topografia do Terror. No entanto, ainda assim, as soluções encontradas são uma faca de dois gumes. Stéphanie Endlich coloca o problema de forma excelente: “Que forma dar à lembrança?, esta é a questão. Enquanto os memoriais alemães erguidos sobre os locais de crimes nazistas se esforçam cada vez mais para não afogar os visitantes em emoção, mas lhes oferecer uma abordagem objetiva, analítica desta dolorosa problemática, as instituições berlinenses para promover a dignidade ‘nacional’ foram concebidas para se dirigir ao visitante arrebatando seus sentidos, tocando-o através de uma arquitetura sobrecarregada de símbolos. Trata-se manifestamente de levar o visitante a ter mais compaixão que compreensão.”<sup>3</sup>

Esta política de memória, que se dedica à fascinação, à emoção, à estética e à monumentalização poderia muito bem, em uma ironia amarga e paradoxal, ser igualmente um dos múltiplos caminhos na direção do esquecimento e da banalização. Mas trata-se do genocídio dos judeus. Como sempre, quando a Alemanha acentua sua política memorial no sentido de um reconhecimento, no próprio ato em que ela escolhe, ela opera avanços, indícios de trabalho memorial, em tempo análogo às formas escolhidas, ou o contexto, impõem limites e bifurcações que levam a novas modalidades de esquecimento, como se um verdadeiro trabalho memorial fosse impossível. Foi no momento em que a Alemanha restaurava, renovando o estádio nazi dos Jogos Olímpicos de 1936 para a nova Copa do Mundo de Futebol, que começou-se a demolir o Palácio da República, grande símbolo da RDA, um dos últimos vestígios memoriais do finado Leste.

A guerra das memórias foi generalizada no que diz respeito à RDA, uma verdadeira política de esquecimento e apagamento foi instituída, uma nova *damnatio memoriae* dentro da indiferença geral ou com assentimento de boa parte da população. Isso mostra que as sociedades são infinitamente mais bem compreendidas por aquilo que elas “esquecem”<sup>4</sup> que pelo que comemoram, porque o esquecimento,

---

<sup>3</sup> Stéphanie Endlich. « Grands projets: Un nouveau paysage des Lieux de mémoire ». In *Les Temps Modernes*. No. 625. P. 93-118

<sup>4</sup> Muito resumidamente, sobre o esquecimento: *The Art of Forgetting*. Edited by Adrian Forty and Suzanne Küchler. Oxford, New York. Berg, 1999.

Marc Augé, *Les formes de l'oubli*. Rivages, 2000.

sobretudo o esquecimento voluntário e programado, diz mais sobre as sociedades que todas as comemorações oficiais que elas organizam.

Nesta comunicação nós trataremos de algumas dessas modalidades de política voluntária de esquecimento, que fazem de Berlim não só uma cidade palimpséstica, devido aos múltiplos estratos de memória que afloram, mas também uma cidade de esquecimento, uma cidade de persistência do esquecimento.

## **OS NOMES DAS RUAS**

Nada mais importante para a paisagem simbólica de uma cidade que seus nomes de ruas, seus monumentos, suas estátuas e placas comemorativas. Ambiente cotidiano onipresente que se marca nos envelopes pelo endereço postal, nos selos nos quais aparecem heróis e datas históricas, o nome da rua, a estátua e o monumento fazem parte da identidade individual e coletiva. Eles são sempre questões de disputas, apropriações e desapropriações do passado, lutas pela inscrição de aquilo que uma sociedade quer deixar como imagem de si e de sua relação com o passado. O conjunto de nomes de ruas forma uma narrativa com a qual nós supostamente nos identificamos. A cidade oferece, assim, um texto a ser decifrado, no qual os monumentos e estátuas constituem imagens-cruzamentos. Tudo, no plano simbólico, é doloroso em Berlim. Os “consensos” são decretados, impostos sem que outros tenham a possibilidade de fazer prevalecer suas visões, a não ser em uma relação tensa de forças. Cidade de vencidos e de vencedores, submissa ao movimento pendular da história!

Quando o regime nazista se instalou, ele renomeou um grande número de ruas na estrutura da Gleichschaltung, de todas as instituições e da vida social alemã. Houve 121 ruas renomeadas em Berlim. A partir de 1945, a necessidade de uma nova paisagem simbólica começou a crescer. Os aliados removeram o mais rápido possível as suásticas de pedra e de bronze que decoravam os edifícios da cidade. No meio das ruínas, eram necessários novos nomes à cidade vencida. Antes que a Guerra Fria originasse duas configurações urbanas totalmente diferentes, de 1945 a 1947, um denominador comum se instalou: a desnazificação da paisagem simbólica da cidade. Houve imediatamente duas concepções opostas. A da direita conservadora sugeria retirar todos os nomes ligados ao regime nazista, sem tocar no restante. Retornar-se-ia

---

Dario Gamboni, *The Destruction of Art. Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution*, Londres, Reaktion Books, 1997.

Michel Melot, “La destruction des monuments”, *Les cahiers de médiologie*, numero 7, 1999.

ao “texto” urbano de antes de 1933 e assegurar-se-ia uma continuidade à história de Berlim, cidade sob escombros que precisava encontrar uma nova cara. O sonho dos conservadores teria sido despolitizar ao máximo a carga afetiva dos nomes de rua. No lado oposto, a abordagem “radical” visava aproveitar a ocasião para fazer desaparecer todo o simbólico reacionário que havia prevalecido em Weimar, quando nomes de militares prussianos, oficiais do imperialismo, aumentaram muito, e substituí-lo por nomes de revolucionários, resistentes e grandes figuras do movimento operário. Era preciso acabar, o mais rápido possível, com as ruas Moltke, Hindenburg, Wilhelm I, etc. Quando Karl Maron endossou a plataforma radical, ele a formulou de maneira que resumisse ponto a ponto uma resolução do KPD de 1927. A Guerra Fria, a oposição entre os 8 distritos do setor soviético e dos 12 distritos de setor ocidental, e depois a criação dos dois Estados, levou a duas releituras do passado, duas paisagens simbólicas, dois “textos” urbanos diferentes, se não opostos.

A RDA, através de uma periodização complexa, se dotava de uma rede simbólica de nomes de ruas por meio dos quais buscava fortalecer sua identidade de Estado Socialista Alemão. Para isso, ela apagou, primeiramente, todos os vestígios de nomes nazis, buscou eliminar a tradição prussiana e militarista da história alemã, colocou à frente o movimento operário e revolucionário alemão, entre os quais Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht; os fundadores do marxismo, Karl Marx e Friedrich Engels; os dirigentes soviéticos Stalin e Lênin. Ela honrou os comunistas da luta antifascista, como Ernst Thälmann, registrou o nome de seus primeiros estadistas: Wilhelm Pieck e Otto Grotewohl. É, evidentemente, essa rede que a reunificação buscará desmantelar.

Somente a parte leste da cidade estava atingida. Nenhuma mudança ocorreu, nesse sentido, no oeste da cidade. No conjunto dos distritos que formavam Berlim-Leste, foram 71 trocas de nomes. Elas demonstravam o desprezo com o qual o novo regime buscou desmantelar a rede simbólica construída pela RDA em Berlim. A comissão explica seu trabalho em um relatório publicado em 17 de abril de 1994. Todos os símbolos do antigo Estado seriam analisados cuidadosamente. Seriam apagados os nomes de todos aqueles que fossem associados à Ditadura do SED, como se fez em 1945 a respeito do regime nacional-socialista. A comissão coloca, então, no mesmo plano, a Alemanha Oriental e o regime nazista. Mesmo havendo historiadores na comissão – e fortemente diversos entre si – o “consenso antitotalitário os une todos. A comissão partia do princípio de que a segunda democracia alemã não tem nenhum motivo para prestar homenagem aos homens e mulheres políticos que colaboraram para a destruição da primeira democracia. A mesma coisa vale para os

políticos que, depois de 1933, combateram uma ditadura totalitária, a das nações socialistas, para substituí-la por outra, a dos comunistas.

Tudo isso se dá, inicialmente, sob a indiferença geral. É durante o primeiro ano que as mudanças ocorrerão. Em seguida, os residentes dos bairros, o PDS, diversas associações e mesmo grupos de historiadores hostis à comissão oficial, protestarão, se manifestarão e organizarão petições com resultados diversos. No limite, é toda a tradição do movimento operário e do antifascismo que seria apagada, porque sustentar que os Spartakistes, os comunistas alemães, visavam “destruir” Weimar é uma leitura redutora da história, que oculta o significado das lutas do fim do século XIX e do primeiro quarto do século XX, e invalida toda a tradição revolucionária.

Todos os militantes comunistas mortos na Guerra da Espanha e outros são julgados indignos de manter sua rua: quando se tratou de suprimir o nome de Clara Zetkin e de voltar ao nome anterior, Dorothee Strasse, em homenagem à princesa nascida em 1673, segunda esposa do Grande Eleitor, a indignação foi geral. Esta militante socialista, que lutou pelos direitos das mulheres, foi cofundadora do partido comunista, chamou a população para a revolta, mas era contra Hitler. Não importa! Ela era uma inimiga da democracia, pois lutou contra Weimar. Os administradores de Prenzlauer Berg, Mitte e Friedrichschain se recusaram a aprovar as mudanças de nome de Clara Zetkin (Dorothee), de Arthur Becker (Knipode), de Dimitroff (Danzig), de Hans Beimler (Otto Braun). Finalmente, a mudança ocorreria e dir-se-ia que a consciência histórica dos moradores das localidades do leste estava tão marcada pela política parcial da RDA que eles não estariam aptos a decidir sobre elas. Certamente formou-se uma barreira intransponível, embora alguns tenham realmente tentando atravessá-la. Nem a praça, nem a rua, nem a estação de metrô (U-Bahn) Rosa Luxemburgo foram renomeadas, nem a rua Karl Liebknecht. É como se determinados mortos pesassem demais sobre a consciência dos vivos.

## **A DEMOLIÇÃO DAS ESTÁTUAS**

Sabe-se que toda revolução ocasiona um enorme vandalismo oficial, coletivo, grupal ou individual. A Revolução Francesa e a Revolução Russa serviram como modelo. Com a queda do Muro, e depois o colapso do comunismo, o fim da URSS, as coisas foram um pouco mais complexas. Houve verdadeiras destruições, mas também formas mais sutis de apagamento, de escárnio, de ironia, de arquivamento sem destruição. Houve disfarces, slogans, paródias, desvios de slogans tradicionais, jogos de palavras funestos. Houve, também, estátuas e monumentos abandonados, entregues aos grafites, às intempéries, à vegetação. Na maioria das vezes, as estátuas foram

substituídas por outras, já que a natureza simbólica e a memória têm horror do vazio. Aos vários Lênins, preferir-se-á Pedro o Grande, aguardando os contragolpes e retornos do pêndulo da história... Em Berlim, na maior parte do tempo, trata-se de destruição pura e simples. A colocação das estátuas relegadas em parques arranjados de circunstância é uma solução que se encontrou em Moscou e Budapeste. Ela consiste em “museificar” o conjunto de estátuas, emblemas do antigo regime, sem destruí-lo. Colocadas em um mesmo lugar, elas podem apresentar-se em massa, sem ordem, como uma “margem ao abandono”, mas podem também ser dispostas em um quadro organizado para tal ocasião, solução de Budapeste. Nesse último caso, fez-se realmente uma “lixeira paisagística da história”, um parque no qual se dispuseram as estátuas do antigo regime. Nesse caso, conserva-se para esquecer melhor. Implementa-se um patrimônio negativo.

Não há jardim paisagístico de estátuas em Berlim onde não se tenha lutado para destruir, para fazer desaparecer toda a rede simbólica da RDA. Primeiro, Lênin<sup>5</sup>. Foi o soviético Nikolai Tomski que o esculpira. A estátua ficava na praça de mesmo nome, no leste na cidade. Monumental, com altura de 19 metros, em granito vermelho da Ucrânia, emergia de um pedestal de 26 metros, com uma bandeira vermelha ao fundo, diante de 3 edifícios populares de alturas diferentes, em *dégradé*. Por seu aspecto monumental, ela esmagava todo o entorno. Havia sido inaugurada por Walter Ulbricht na véspera do centésimo aniversário do nascimento de Lênin, em 19 de abril de 1970. Não é certo que os berlinenses do leste não tenham desenvolvido relações estreitas e frequentemente ambivalentes com o arsenal de monumentos simbólicos da RDA, seja com as insígnias que ornavam a bandeira, as placas, as estátuas ou os diversos slogans. Todas as pesquisas feitas pós-golpe dão conta de uma verdade complexa e contraditória.

Em 1990, tornou-se urgente para as autoridades da Alemanha em vias da reunificação livrar-se da estátua. O prefeito de Berlim Ocidental, Momper, reafirmou que Berlim não podia tolerar ter entre seus muros a estátua de um “déspota”, de um “criminoso”. Ele foi apoiado, em suas intenções de retirada da estátua, pela ampla maioria tanto do CDU quanto do SPD. Na visão deles, apenas alguns irredutíveis e velhos stalinistas se oporiam a essa medida de salubridade. A estátua havia sido classificada como monumento histórico (pelo leste), o que ocasionou algumas dificuldades, mas a anulação desta medida foi rápida e o monumento pôde ser legalmente desmontado. Curiosamente, essa decisão desencadeou uma grande onda de protestos, e não somente no leste. Havia aqueles que exaltavam as qualidades

---

<sup>5</sup> Houve em 1951 uma estátua de Stalin, em bronze, na Avenida que em 1961 tornou-se a Avenida Karl Marx.

estéticas da estátua. Obra do realismo socialista, ela era testemunha de uma arte que desapareceria se não se deixassem *in situ* algumas de suas realizações mais fundamentais. Havia aqueles que não se baseavam na dimensão estética do monumento, mas no seu valor de testemunho de uma época: a estátua fazia parte da história da Alemanha e de Berlim. Os moradores dos edifícios do entorno e os dos edifícios imediatamente atrás da estátua, assim como os dos imóveis em forma de serpentina ao redor da praça demonstraram com força sua oposição. Foi provavelmente nessas semanas decisivas do outono de 1990 que a identidade *Ossie*<sup>6</sup> nasceu, diante da fúria daqueles que buscavam apagá-la não somente do presente (o que está adquirido) mas também do passado. Uma bandeirola foi erguida ao redor de Lênin: “Sem violência!” Os opositores colocaram uma bandeirola irônica quando o primeiro andaime foi montado: “Aqui o Senado de Berlim joga no lixo a história alemã.”

Constituída de diferentes blocos, a estátua não foi destruída, mas enterrada nas carreiras de Köpenick. Na praça, blocos de granito e uma fonte. Para prolongar as conotações negativas que assombram esses locais, em frente à fonte, uma pequena placa avisa aos passantes: “Água não potável”.

Também se quis demolir o monumento a Ernst Thälmann em Prenzlauer Berg, como foi feito com o de Lênin em Friedrichschain. Ainda mais colossal que o primeiro, esculpido por outro soviético, Lev Kerbel, ele é formado por uma enorme cabeça de bronze ao fundo de uma bandeira vermelha, com o punho erguido, atitude heroica – se assim se quiser chamar – em cima de um pedestal com seu nome em letras enormes. O tamanho total é de 14 metros de altura por 15 metros de largura. Grafites começaram a cobrir o pedestal, irônicos ou melancólicos: “Você não teria um tamanho maior?”, como quem pede uma camiseta, enfeitou os bons dias de 91-92. Hoje, pode-se ler ali: “Preso, assassinado, coberto”, o que resume a vida de militante de Thälmann, seu fim trágico em Buchenwald e o destino de seu monumento, exposto às intempéries e aos grafites. A luta ganhou força em 1993, e não foi possível abater o monumento.

Era mesmo possível temer, por um momento, pela dupla Marx e Engels, cuja estátua de bronze sobre o Fórum Marx-Engels – na qual um (Marx) está sentado enquanto o outro (Engels) está em pé. Os berlinenses do leste haviam apelidado o monumento de “Marx e Jacketti”, devido à sua posição ridícula e suas roupas. De resto, o pedestal sobre o qual Marx está sentado parece uma mala. Dizia-se que ele esperava um visto de longa duração para imigrar ao oeste, que era um destino intelectual bastante comum. Essa estátua, aberta ao público, era popular. As crianças escalavam sobre os joelhos de Marx (elas inclusive continuam a fazê-lo) e todo mundo tirava

---

<sup>6</sup> *Ossie* vem de *Ost* (leste) e é um termo utilizado para se referir aos habitantes da Alemanha Oriental.



fotos. Grafites irônicos davam a palavra aos fundadores do marxismo, que se expressavam sobre os acontecimentos: “Não somos culpados”, lia-se. Ou ainda: “Da próxima vez, será melhor.”

## O PALÁCIO DA REPÚBLICA

É no Lustgarten, à beira do Spree, que os Hohenzollern decidiram edificar seu castelo. Desde o início do século XVIII, nenhum evento importante aconteceu sem que fosse associado a este castelo, de Napoleão aos manifestantes de 1848 e aos revolucionários de 1918-1919. O castelo foi gravemente danificado pelos bombardeios da Segunda Guerra Mundial em 1944 e ainda mais em fevereiro de 1945, e depois pelos combates de rua que precederam a queda de Berlim.

Apesar dos numerosos protestos, a construção seria demolida em 1950 (somente o portal norte, com a sacada de Liebknecht, se salvaria). Após, o espaço considerável liberado permaneceria vazio durante vinte anos. O Palácio da República foi inaugurado em 1976 e terminou por fazer parte da vida cotidiana dos berlinenses do leste. No linguajar popular o chamavam “Palazzo di Prozzo”, do alemão “Protzen”, “exibir-se”. Chamavam-no ainda “Erichs Lampenladen”, a loja de lâmpadas de Honecker, porque ele era iluminado.

Com os eventos de 1989-1990, seu destino foi selado. Menos de um mês mais tarde, descobriu-se que amianto havia sido utilizado em sua construção, uma descoberta providencial que permitiu o uso imediato de paliçadas para remoção desse amianto. Uma comissão interministerial ficou encarregada, em 1991, de decidir seu futuro. Quando ela decide, em 1993, destruir o palácio, uma violenta polêmica começa entre os apoiadores da restauração por remoção do amianto, os que queriam reconstruir o castelo dos Hohenzollern de forma idêntica e os partidários da demolição para construir, em seu lugar, um prédio novo, o qual seria dedicado a atividades culturais. Depois disso, o Parlamento votou pela destruição, a despeito dos protestos de muitos escritores, arquitetos e grupos culturais. É a fachada do palácio dos Hohenzollern, com três lados, que será edificada em seu lugar. O arquiteto italiano Franco Stella construirá, ali, o Fórum Humbolt, atrás da fachada, voltada para um centro um cultural e um museu. Apagamento por substituição. *Disneificação* da história. Nos lembraremos da reflexão que o cancionista Peter Ensikat escreveu sobre a destruição do “Palácio da República” e a possível reconstrução, idêntica, em seu lugar, do Castelo dos Reis da Prússia: “Nós outros, alemães, nós nos lembramos, não do que foi, mas exclusivamente do que será.” Em outras palavras, nós transportamos cada uma das épocas sombrias do passado para um futuro luminoso, e quanto mais distante é a



época, mais ela tem de futuro em nossa memória. Os Hohenzollern são agora suficientemente antigos para encontrar um futuro entre nós. Nós, então, precisamos do castelo deles, para guardar deles pelo menos uma lembrança arquitetural. Quando a tribo de Honecker estiver enterrada a tempo suficiente no gramado da história, nós poderemos exumá-los. Então, nada nos impedirá de cobrir o castelo com novas camadas de amianto, para destruí-lo e reconstruir um Palácio da República doravante limpo pelo tempo<sup>7</sup>.

## OS PERIGOS DO ESQUECIMENTO

O colapso do Estado, engolido pela RFA, não é suficiente para dar um novo horizonte de pensamento aos ex-habitantes da RDA. A liberdade, sob a forma de consumo, se vem acompanhada do desmantelamento de todo o potencial industrial do leste, de uma taxa de desemprego sem precedentes, se significa a negação dos destinos biográficos, a aniquilação da vivência das pessoas, só pode levar a certa nostalgia, nostalgia do que não foi, reconstrução imaginária de um país desaparecido<sup>8</sup>. Certamente pode-se alegar o provincianismo protegido da RDA ao abrigo do Muro. Provincianismo controlado, sem desemprego, com ambientes de trabalho que eram também locais de vida, ou “nichos”, pequenos espaços de liberdade que cada um acabava conseguindo para si, sobretudo nos últimos anos do regime. Mas ainda há mais. Em uma pesquisa do Berliner Zeitung de 26 de junho de 2009, a maioria dos alemães da antiga Alemanha Oriental opinou que a RDA “tinha mais aspectos positivos que negativos”. Os alemães ocidentais pensam exatamente o contrário. Oito por cento dos novos *Länder* pensam que o lado bom da RDA era mais forte, que se vivia melhor que na Alemanha reunificada. Com eles, o total de habitantes de RDA que se sentem nostálgicos chega a 56%. É verdade que a taxa de desemprego no leste é o dobro da do oeste.

Uma verdadeira identidade de protesto do leste nasceu, desejando ser a afirmação de um sentimento de pertença Ossie, que resiste ao avanço dos valores do oeste. Isso se dá seja na busca por produtos do leste, seja nas noites “ostálgicas”, ou ainda através de formas mais eruditas da cultura: a Volksbühne, com suas três letras em neon – OST –; as representações provocadoras de Frank Castorf e outros diretores;

---

<sup>7</sup> Citado por Emmanuel Terray, *Ombres berlinoises. Voyage dans une autre Allemagne*, Paris, éditions Odile Jacob, 1996, p. 119.

<sup>8</sup> Sobre este ponto, ver especialmente Bernd Faulenbach, Anette Leo. Klaus Weberskirch. *Zweierlei Geschichte. Lebensgeschichte und Geschichtsbewusstsein von Arbeitnehmern in West- und Ostdeutschland*. Klartext, Essen, 2000.

ou mesmo o voto massivo, primeiro no PDS e depois nos die Linke; ou a criação de associações culturais as mais diversas. Qualquer coisa encontra espaço, é um novo imaginário no qual Berlim ocupa o primeiro lugar. Eu não gostaria de evocar, aqui, o filme recente que foi mais que um sucesso, um triunfo, com dois milhões de espectadores em 1999, *Sonnenallee*, de Leander Hausmann, seguido de *Adeus Lênin* e *A Vida dos Outros*.

Essas pseudo-nostalgias, essas encenações, essas resistências, constituem um discurso crítico, de distanciamento? Um discurso que permitiria viver o luto da RDA, percebendo os limites, as faltas, a falência simultânea à positividade enfim reafirmada?

Vê-se bem o que falta ao discurso dominante, que deslegitimou completamente a RDA: sua falta de nuances, sua morbidez, produz um discurso nostálgico que às vezes é carente de um alvo.

Com base no belíssimo livro de Jacques Derrida, *Espectros de Marx*<sup>9</sup>, Emmanuel Terray fez as seguintes observações:

“Jacques Derrida se tornou o advogado destes seres que os antigos chamavam de sombras, e que não são nada mais que mortos que sobrevivem ‘em espírito’ ao redor de nós. Ele salientou a necessidade de aceitar sua intrusão e a urgência de abrir o diálogo com eles, a fim de escapar da tomada sufocante da ‘plena presença’”<sup>10</sup>. O espectral, aqui, é o terceiro espaço que permitirá transmitir uma parte da herança, a transmissão, o passado aberto naquilo que ele ainda tem a nos dizer e naquilo que nós ainda temos a lhe dizer. O trabalho da ausência contra a presença plena, a inscrição da perda e da ruína, o vestígio da perda contra a memória saturada<sup>11</sup>.

Assim, das ruas renomeadas às estátuas desfeitas, da deslegitimação dos escritores e dos intelectuais às humilhações impostas aos empregados, do desemprego dos operários à purificação universitária, da reescritura da narrativa dos museus de história à recolocação em questão da identidade biográfica dos alemães orientais, o que está em construção em todos os fenômenos que vimos neste capítulo é a imposição de uma memória coletiva redutora, instrumentalizada, sem nuances, sem sombra, que não deixa nenhum espaço para a memória intersticial. Estes trabalhos sobre a sombra, a ficção, a literatura, o cinema, permitiriam abordá-la? Seriam eles, atualmente, as únicas formas através das quais alguma coisa sobre a perda, o escárnio, a ambivalência poderia ser dita, registrada, representada? Que os escritores nos falem

---

<sup>9</sup> Jacques Derrida *Les Spectres de Marx*: Paris, Galilée : 1993.

<sup>10</sup> Emmanuel Terray, *Ombres berlinoises. Voyage dans une autre Allemagne*, Paris, éditions Odile Jacob, 1996, p. 10.

<sup>11</sup> Ver meu livro Régine Robin. *Le mémoire saturée*. Paris Stock. 2003.

do Reino do Ubu ou do Ländchen, do “pequeno país” – como frequentemente se designava a RDA –; que eles evoquem o Muro ou as fachadas cinzas e leprosas das ruas de Berlim; que eles recordem, à sua maneira, de desmanchar a Stasi; que eles evoquem suas deambulações noturnas, seus sonhos, sua desesperança. Eles têm talvez algo a nos dizer, sem o *pathos* e sem a nostalgia que um discurso social arrogante tem, há muito tempo, se não reduzido ao silêncio, ao menos completamente deslegitimado. Em meu livro sobre Berlim, eu propus, a respeito do nome das ruas, uma outra abordagem que não a da ocultação. “Haveria, portanto, uma forma de apresentar esses nomes de rua, uma forma que representa um verdadeiro trabalho de memória. Seria ter, acima da placa de nome atual, no mesmo painel, no alto, os nomes que a rua tinha anteriormente, com as datas durante as quais eles figuraram. Ter-se-ia, assim, a Platz des Vereinten Nationen, com um painel no qual poderia se ler:

*Landsberger Platz: 1864-1950.*

*Leninplatz: 1950-1991.*

*Platz des Vereinten Nationen desde 1992.*

*Na Praça Rosa de Luxemburgo, ler-se-ia :*

*Bülowplatz: 1910-1933.*

*Horst-Wessel-Platz: 1933-1945.*

*Liebknecht-Platz: 1945-1947*

*Rosa-Luxemburg-Platz : desde 1947.*

Poderia pedir-se aos artistas berlinenses que confeccionassem estes painéis. Eles não impediriam a visão clara do nome atual, mas carregariam um traço do passado atormentado da cidade”.<sup>12</sup> Mas não!

Provavelmente, esta RDA tão cinza, tão leprosa, tão desprovida de charme, este socialismo trapaceiro com sua Stasi onipresente, este regime incapaz de pensar o estado de direito, tão distanciado das necessidades de seu povo, tão desprovido de escuta, que Berlim simbolizava, era intolerável aos olhos da RFA e, por isso tudo, devia desaparecer antes mesmo que pudesse renascer, em um futuro distante, uma outra forma do “princípio esperança”.

---

<sup>12</sup> Régine Robin. Berlin Chantiers. Paris. Stock. 2001. P. 211-212.